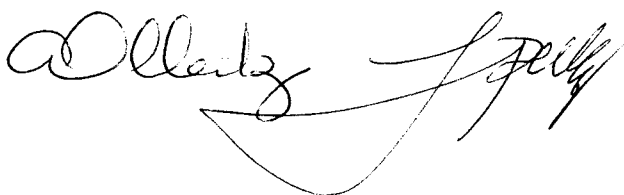


# CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

CNPJ/MF: 71.732.960/0001-94

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações do Resultado dos Exercícios	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8



88

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da  
CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional  
São Paulo - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

**Doações:** A entidade por não ter fins lucrativos, tem parte de suas receitas provenientes de doações e contribuições de terceiros. Como estas doações e contribuições de terceiros são espontâneas, só podem ser identificadas se registradas e por essa razão, nossas verificações dessas receitas ficaram restritas, exclusivamente aos valores constantes dos registros contábeis.

**Trabalho voluntário:** No exercício de 2017 a entidade recebeu a colaboração de trabalho voluntário em diversas atividades no âmbito do seu contexto operacional. Todavia, o levantamento para mensurar o valor dos trabalhos a valor justo não pode ser apurado em conformidade com a norma prevista sobre esse assunto na ITG 2002. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a apuração financeira não afeta o resultado do exercício corrente.



## Outros assuntos

**Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ora elaborada sob a responsabilidade da Administração da Associação, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

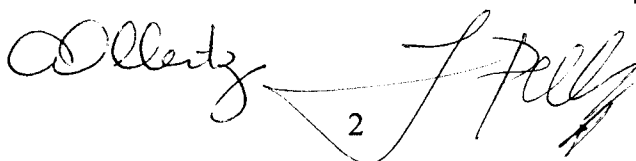
Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




2

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2018.

*Cokinos & Associados*  
**COKINOS & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes S/S  
CRC-2SP 15.753/O-0

  
**EDSON JOSÉ DA SILVA**  
Contador  
CRC-1SP251.112/O-9

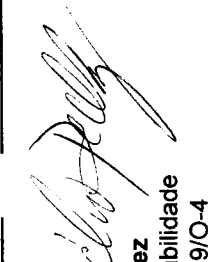
**Registro CVM n.º 7.739**

**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**CNPJ/MF: 71.732.960/0001-94**  
**Balanco Patrimonial**

Em reais

ATIVO	NE	2017	2016	PASSIVO	NE	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes	(04)	5.163.771	3.867.663	Obrigações trabalhistas		597.765	532.919
Adiantamentos	(05)	5.062.644	3.656.305	Obrigações sociais	(08)	882	-
Despesas Antecipadas		96.542	207.267	Obrigações tributárias	(09)	60.373	-
		4.586	4.092	Provisões de férias e encargos		29.795	14
				Contas a pagar serviços terceiros		478.059	530.568
				Outras contas a pagar		28.348	1.547
						309	790
<b>Permanente</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>	(11)	5.363.171	4.174.952
Imobilizado	(06)	797.165	840.208				
Intangível	(07)	796.012	837.828				
		1.153	2.380				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.960.936</b>	<b>4.707.871</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.960.936</b>	<b>4.707.871</b>

  
**Ricardo Ponciboro Catto**  
 Diretor Presidente

  
**Iracélio Perez**  
 Técnico em Contabilidade  
 CRC1SP053.029/O-4

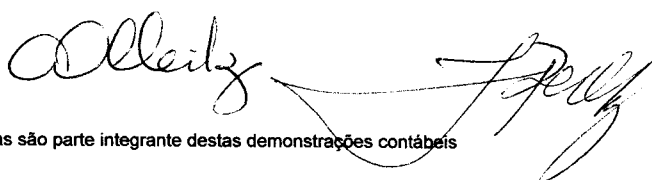
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Em reais

	NE	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		TOTAL	TOTAL
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>8.334.748</b>	<b>7.417.872</b>
<b>Receitas operacionais com restrições</b>		<b>6.644.537</b>	<b>6.252.879</b>
<b>Programas na área de saúde</b>			
Subvenção governamental	(12a)	5.402.350	5.020.877
<b>Programas na área da educação</b>			
Subvenção governamental	(12b)	1.242.188	1.232.002
<b>Receitas operacionais sem restrições</b>		<b>1.690.210</b>	<b>1.164.992</b>
Com doações	(13)	764.328	762.856
Financeiras deduzidas das despesas	(14)	290.592	325.059
Outras receitas		635.290	77.078
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(7.307.331)</b>	<b>(6.537.446)</b>
<b>Custos com programas</b>		<b>(5.985.656)</b>	<b>(5.695.992)</b>
<b>Programas na área de saúde</b>		<b>(4.726.905)</b>	<b>(4.556.334)</b>
Despesas com pessoal		(4.026.475)	(3.802.953)
Serviços prestados por terceiros		(192.212)	(232.954)
Despesas administrativas e gerais		(232.871)	(225.463)
Custos com materiais		(263.425)	(277.224)
Depreciação / amortização		(11.921)	(17.740)
<b>Programas na área da educação</b>		<b>(1.258.751)</b>	<b>(1.139.658)</b>
Despesas com pessoal		(1.088.680)	(955.510)
Serviços prestados por terceiros		(31.203)	(26.249)
Despesas administrativas e gerais		(34.203)	(37.190)
Custos com materiais		(104.143)	(120.187)
Depreciação / amortização		(522)	(522)
<b>Despesas com atividades assistenciais com recursos próprios e institucionais</b>		<b>(1.321.675)</b>	<b>(841.453)</b>
Despesas com pessoal		(757.710)	(456.609)
Serviços prestados por terceiros		(292.198)	(135.292)
Despesas administrativas e gerais		(60.464)	(131.204)
Custos com materiais		(129.860)	(99.155)
Depreciação / amortização		(69.348)	(19.194)
Isenção da cota patronal	(16)	1.220.549	1.132.029
(-) Isenção da cota patronal	(16)	(1.220.549)	(1.132.029)
Outras despesas		(12.095)	-
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>1.027.417</u></b>	<b><u>880.426</u></b>



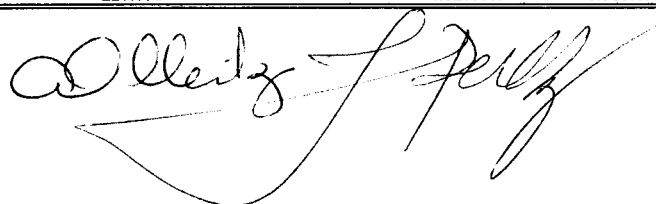
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

JH

**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO**

Em reais

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Reservas</b>	<b>Ajustes de exercícios anteriores</b>	<b>Resultado acumulado</b>	<b>Superávit Déficit</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.188.383</b>	<b>367.252</b>	<b>-</b>	<b>151.607</b>	<b>247.334</b>	<b>2.954.576</b>
Transferências	398.942	-	-	(151.607)	(247.334)	-
Reservas	-	339.949	-	-	-	339.949
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Superávit (Déficit) do exercício	-	-	-	-	880.426	880.426
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.587.325</b>	<b>707.201</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>880.426</b>	<b>4.174.952</b>
Transferências	880.426	-	-	-	(880.426)	-
Reservas	-	(69.171)	-	-	-	(69.171)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	229.973	-	-	229.973
Superávit (Déficit) do exercício	-	-	-	-	1.027.417	1.027.417
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.467.751</b>	<b>638.030</b>	<b>229.973</b>	<b>-</b>	<b>1.027.417</b>	<b>5.363.171</b>



**CREN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO**  
(em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superavit/deficit líquido</b>	<b>1.027.417</b>	<b>880.426</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa</b>	<b>242.592</b>	<b>418.651</b>
Depreciação e amortização	81.790	78.702
Ajustes	229.973	-
Variações patrimoniais	(69.171)	339.949
<b>Variações no capital circulante</b>	<b>175.078</b>	<b>(172.172)</b>
Adiantamentos	110.725	(25.782)
Despesas Antecipadas	(494)	565
Fornecedores	-	(10.632)
Obrigações trabalhistas	882	-
Obrigações sociais	60.373	-
Obrigações tributárias	29.780	(873)
Provisões de férias e encargos	(52.509)	94.353
Contas a pagar serviços terceiros	26.801	(953)
Receitas antecipadas	-	(227.540)
Outras contas a pagar	(481)	(1.309)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.445.087</b>	<b>1.126.906</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(38.747)	(24.447)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(38.747)</b>	<b>(24.447)</b>
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b><u>1.406.340</u></b>	<b><u>1.102.459</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.656.305	2.553.846
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.062.644</u>	<u>3.656.305</u>
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b><u>1.406.340</u></b>	<b><u>1.102.459</u></b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

### 1 Contexto operacional

#### a. Informações gerais

A CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional (“Associação”) é uma organização não governamental (ONG) sem fins econômicos e tem como objetivo principal a promoção dos direitos sociais, a partir do desenvolvimento de iniciativas nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura. Reconhecida de utilidade pública nas três esferas do governo: Federal, pelo Decreto n.º 50.517/61; Estadual, pela Decreto n.º 50.539/06; e Municipal pelo Decreto n.º 37.260/97. A entidade é portadora do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Parecer Técnico n.º 104-SEI/2017, do processo n.º 25000.000260/2015-09, cuja validade é de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União – DOU, no dia 06/10/2017.

#### b. Áreas de atuação

A Associação tem como objetivos básicos:

- I. Prestação de serviços voltados à prevenção e tratamento de distúrbios nutricionais primários e o desenvolvimento de atividades auxiliares nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura;
- II. Identificação de vulnerabilidade sociais, principalmente entre crianças, adolescentes e famílias, a fim de promover intervenções sócio-educativas que possibilitem o crescimento cognitivo, afetivo-emocional, social e espiritual;
- III. Realização de estudos, visando à criação de metodologias, a estruturação de serviços públicos e o progresso tecnológico e científico, que, ao serem produzidos e divulgados, propiciem o desenvolvimento social e inclusivo;
- IV. Busca de possibilidades concretas de transformação dos indivíduos, em respeito à plena e sadia existência humana, por meio da afirmação e difusão de conceitos e hábitos nutricionais adequados; e
- V. Realização de atividades culturais que promovam a ética, a paz, a cidadania, a dignidade humana e os direitos humanos, estimulando a participação ativa dos cidadãos na sociedade e conscientizando-os.

#### c. Da manutenção

A Associação pode firmar contratos ou convênios com outras instituições congêneres ou afins, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para o melhor desenvolvimento de suas finalidades institucionais. Pode ainda, se organizar em unidades de prestação de serviços para a execução de atividades visando a sua auto-sustentação.

#### d. Da organização

A Associação é administrada pela:

- I. Assembleia Geral;
- II. Por uma Diretoria, assim constituída:
  - a. Diretor Presidente;
  - b. Secretário;
  - c. Primeiro e Segundo Tesoureiros; e
- III. Conselho Fiscal.



## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial as Resoluções CFC nº 1409/12 (ITG 2002) e nº 1305/10 (NBC TG 07).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 20 de fevereiro de 2018.

### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

#### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

### a. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, exceto as receitas oriundas de doações e subvenções, que são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

### b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

### *Recursos vinculados a projetos*

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para quais os recursos foram destinados.

#### **c. Ativo circulante e não circulante**

Registrados pelo valor de realização, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável.

#### **d. Imobilizado**

##### *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

##### *Depreciação*

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### **e. Intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

#### **f. Redução ao valor recuperável**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

#### **g. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.





#### **h. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros utilizados pela Associação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e a minimização de riscos. A Associação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Caixa	3.985	402
Conta banco movimento	17.534	381
Aplicações financeiras	<u>5.041.124</u>	<u>3.655.522</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.062.643</u></b>	<b><u>3.656.305</u></b>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios e projetos incentivados.

#### **5 Adiantamentos**

	2017	2016
Adiantamento de férias	93.522	207.152
Outros	<u>3.020</u>	<u>115</u>
<b>Total</b>	<b><u>96.542</u></b>	<b><u>207.267</u></b>

#### **6 Imobilizado**

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4%	1.031.160	(389.345)	641.815	683.062
Instalações	20%	112.387	(103.695)	8.692	11.060
Móveis e utensílios	20%	69.988	(55.185)	14.803	13.589
Máquinas e equipamentos	20%	161.370	(126.226)	35.144	42.564
Veículos	20%	108.412	(108.412)	-	-
Equipamentos de informática	<u>20%</u>	<u>170.749</u>	<u>(117.183)</u>	<u>53.566</u>	<u>45.560</u>
<b>Sub-total</b>		<b><u>1.654.066</u></b>	<b><u>(900.046)</u></b>	<b><u>754.020</u></b>	<b><u>795.836</u></b>
Imobilizado em andamento		41.992	-	41.992	41.992
<b>Total</b>		<b><u>1.696.058</u></b>	<b><u>(900.046)</u></b>	<b><u>796.012</u></b>	<b><u>837.828</u></b>



A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
<b>Saldos no início do exercício</b>	<u>837.828</u>	<u>890.856</u>
<b>Adições</b>		
Instalações	-	-
Móveis e utensílios	5.996	4.317
Máquinas e equipamentos	18.187	15.446
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	14.564	4.685
Imobilizado em andamento	-	-
Baixas líquidas	(-)	(-)
Depreciações	<u>(80.564)</u>	<u>(77.476)</u>
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<u>796.012</u>	<u>837.828</u>

## 7 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2017	2016
Software		33.481	33.481
Amortização acumulada	20%	<u>(32.328)</u>	<u>(31.101)</u>
<b>Total</b>		<u>1.153</u>	<u>2.380</u>

## 8 Obrigações sociais

	2017	2016
INSS a recolher	20.934	-
FGTS a recolher	36.125	-
Outros	<u>3.314</u>	-
<b>Total</b>	<u>60.373</u>	=

## 9 Obrigações tributárias

	2017	2016
IRRF sobre salários	29.795	-
Outros	=	<u>14</u>
<b>Total</b>	<u>29.795</u>	<u>14</u>

## 10 Processos judiciais

A Entidade reconhece a provisão para processos judiciais quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não haviam valores a serem provisionados.

## 11 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação está composto pelos superávits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção da Associação. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Associação foi de R\$ 5.363.171 (R\$ 4.174.952 em 31 de dezembro de 2016).

A Entidade constituiu uma reserva para contingências no valor de R\$ 638.030 (R\$ 707.201 em 2016) equivalente a multa de 40% do FGTS devidos por ocasião de rescisões de contratos de trabalho dos colaboradores alocados nos projetos subvencionados, entre outras obrigações.

Em 2017 foi registrado R\$ 229.973 a título de ajuste de exercícios anteriores, referente a correção do valor de férias a pagar, ora registrada a maior.

## 12 Subvenções Governamentais

As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.

### a) Área da Saúde

	2017	2016
SMS – Secretaria Municipal da Saúde – Vila Mariana	2.638.089	2.526.564
AVSi – Associazione Volontari Per Il Servizio Internazionale Vila Mariana	63.240	20.000
SMS – Secretaria Municipal da Saúde – Vila Jacuí	2.183.700	2.062.725
AVSi – Associazione Volontari Per Il Servizio Internazionale Vila Jacuí	86.990	30.000
SMS – Secretaria Municipal da Saúde Institucional	376.420	361.589
AVSi – Jundiaí	53.900	20.000
<b>Total</b>	<b><u>5.402.350</u></b>	<b><u>5.020.877</u></b>

### b) Área da Educação

	2017	2016
SME – Secretaria Municipal da Educação – Vila Mariana	517.868	533.560
SME – Secretaria Municipal da Educação – Vila Jacuí	687.138	636.448
Telecentro – Vila Jacuí	-	29.170
Infantil – MAE	37.181	32.823
<b>Total</b>	<b><u>1.242.188</u></b>	<b><u>1.232.002</u></b>

## 13 Doações

	2017	2016
Doações Pessoas físicas e Jurídicas	204.844	28.626
Contribuições de empresas	50.000	194.434
Nota Fiscal Paulista	<u>509.484</u>	<u>539.796</u>
<b>Total</b>	<b><u>764.328</u></b>	<b><u>762.856</u></b>

## 14 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:





	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com aplicações financeiras	316.410	336.156
Descontos financeiros	998	430
<b>Subtotal</b>	<b><u>317.408</u></b>	<b><u>336.586</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros incorridos	(13)	(39)
Despesas bancárias	(25.283)	(11.488)
Despesas com impostos e variações cambiais	(1.520)	(-)
<b>Subtotal</b>	<b><u>(26.816)</u></b>	<b><u>(11.527)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>290.592</u></b>	<b><u>325.059</u></b>

## 15 Mensuração do trabalho voluntário

Não foram procedidos levantamentos, em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Cabendo observar que esses valores de serviços voluntários de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício.

## 16 Renúncia fiscal - Isenções previdenciárias usufruídas

Considera-se imune a instituição de saúde, educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, salvo nas hipóteses autorizadas por lei.
- Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados, notadamente os do art. 14 do Código Tributário Nacional.

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97.

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos as isenções previdenciárias, como se devidas fossem, e gozadas durante o exercício.

	2017	2016
Ordenados e salários	4.786.465	4.439.329
(*) Percentual de contribuição (a)	25,50%	25,50%
<b>Subtotal</b>	<b><u>1.220.549</u></b>	<b><u>1.132.029</u></b>
Serviços prestados por pessoa física (autônomos)	-	-
Percentual de contribuição devida (b)	20,00%	20,00%
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =</b>	<b><u>1.220.549</u></b>	<b><u>1.132.029</u></b>

Por área de atuação as isenções usufruídas são demonstradas como segue:

	2017	2016
Saúde	850.144	826.223
Educação	223.270	218.847
Projetos próprios e institucionais	147.135	86.959
<b>Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =</b>	<b><u>1.220.549</u></b>	<b><u>1.132.029</u></b>

## 17 Gratuidades concedidas

Foram concedidas com observância da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, conforme explicação abaixo:

### a) Área da saúde

A Entidade ofertou 100% da sua capacidade de atendimento a crianças e adolescentes na área de nutrição e alimentação saudável em caráter gratuito cumprindo a determinação da Lei 12.101 seção I (Art. 8º-A) para atividades de saúde.

### b) Área de assistência social

Em 2017 foram executadas oficinas de educação nutricional e programas com grupos para orientações de higiene, discussão sobre obesidade e auto-estima, subnutrição, diarreia, infecções, etc. O programa está também em conformidade com a Lei 12.101/09. Os serviços assistenciais foram 100% gratuitos.

## 18 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.







## 19 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e os dirigentes da Associação não são remunerados.